

# COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

## PROJETO DE LEI Nº 4.521, DE 2019

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas que desejam contratar com o poder público comprovarem, na fase de habilitação da licitação, serem doadoras ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Autora:** Deputada LEANDRE

**Relatora:** Deputada LAURA CARNEIRO

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.521, de 2019 tem por objetivo tornar obrigatória para as empresas que desejaram contratar com o poder público a comprovação de que se trata de empresa doadora ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente. A referida comprovação deve ser feita por meio de apresentação do Documento de Arrecadação da Receita Federal – DARF – referente à doação feita especificamente ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A matéria foi distribuída para a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, que votou pela sua aprovação, para esta Comissão de Finanças e Tributação, que deve dar parecer quanto à adequação financeira e orçamentária e quanto ao mérito, e para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

É o relatório.

### II - VOTO DA RELATORA



Quanto aos aspectos de adequação orçamentária e financeira, cabe observar que o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da NI/CFT define como compatível *“a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor”* e como adequada *“a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”*.

Da análise do projeto, observa-se que este contempla matéria de caráter essencialmente normativo, não acarretando repercussão direta ou indireta na receita ou na despesa da União. Nesses casos, torna-se aplicável o art. 32, X, “h”, do Regimento Interno desta Casa, que dispõe que somente as proposições que importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária.

Em adição, o art. 1º, § 2º, da NI/CFT prescreve que se sujeitam obrigatoriamente ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira as proposições que impliquem aumento ou diminuição da receita ou despesa da **União** ou repercutam de qualquer modo sobre os respectivos Orçamentos, sua forma ou seu conteúdo. No entanto, quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira, o art. 9º da NI/CFT determina que se deve concluir no voto final que à comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não.



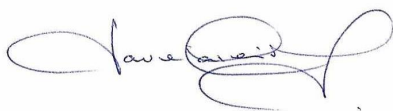
Quanto ao mérito, estamos perfeitamente de acordo com a proposição examinada. A rigor, uma medida desta natureza não deveria suscitar a aprovação de um projeto de lei. O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui uma iniciativa de tamanha grandeza e impacto social que deveríamos esperar de todos um apoio incondicional e, sobretudo, espontâneo.

Infelizmente, sabemos que essa não é a realidade no setor privado deste País. Se os investimentos voltados para a criança e o adolescente não são uma obrigação formal, é ingênuo pensar que as doações ocorrerão no montante e na periodicidade necessários. Daí porque a exigência de comprovação das doações para a contratação com o poder público se torna extremamente oportuna.

Isto posto, devemos considerar que a Lei nº 8.666, de 1993, objeto do presente projeto de lei, foi revogada e integralmente substituída pela Lei nº 14.133, de 2021. Assim sendo, somos obrigados a apresentar o Substitutivo em anexo, para incorporar a regra desejada na nova Lei de Licitações.

Em face do exposto, voto **pela não implicação financeira ou orçamentária** da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária do Projeto de Lei 4.521 de 2019. No mérito, voto **pela aprovação** do Projeto de Lei 4.521 de 2019 nos termos do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em 15 de março de 2024.



**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**  
**Relatora**

2024-1810



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD240534995800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



## COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.521, DE 2019

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas que desejam contratar com o poder público comprovarem, na fase de habilitação da licitação, serem doadoras ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inc. IV, do art. 63, da Lei nº 14.133, de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 63. ....

.....

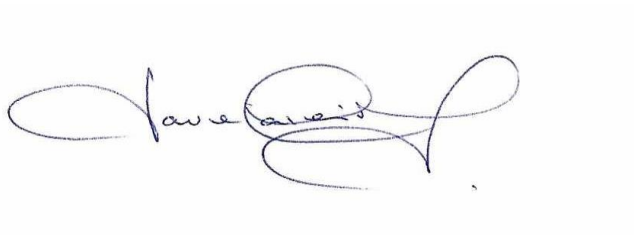
V – será exigido do licitante comprovação de que seja doador do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estadual ou municipal, a que se refere o art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, mediante a apresentação de documento de arrecadação de doação específica ao respectivo Fundo.

.....”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.



Sala da Comissão, em 15 de março de 2024.



**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**  
**Relatora**

2024-1810

